



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA Nº.8/2004 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE** **BORBA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2004**

Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia vinte e dois de Abril de 2004, que acusa um total de disponibilidades de **390.582,84 € (trezentos e noventa mil quinhentos e oitenta e dois Euros e oitenta e quatro cêntimos)**.-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião e referiu que neste ponto não tem nenhum assunto para apresentar, tendo também em conta a vasta ordem de trabalhos que têm para discutir.-----

Entretanto os vereadores eleitos pela CDU apresentaram uma “Saudação” sobre o 25 de Abril que, depois de apreciada por todo o executivo, foi aprovada por unanimidade. Ficará a mesma anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

Proposta de alteração à Ordem do Dia-----

Por proposta do Sr. Presidente **foi deliberado, por unanimidade**, aprovar uma alteração à Ordem do Dia incluindo mais quatro pontos: “Aquisição de Parcela de Terreno”, “Alienação de Parcela de Terreno”, “Nomeação de um representante do Município no Conselho de Administração da Sociedade EDC-Mármore – Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum dos Mármore, S.A.” e “Abertura de Conta no Banco Espírito Santo para o Projecto FAME de acordo com o POCAL”. Foi ainda deliberado, por unanimidade, alterar os pontos 2.10 e 2.11, passando os mesmos a ter a seguinte redacção: Ponto 2.10 “Marcação de Hasta Pública para venda de duas habitações na Aldeia Lacerda em Borba”, Ponto 2.11 “Regulamentos de Venda de Lotes” – alínea a) Loteamento Habitacional de Nossa Senhora da Vitória (alteração ao Anexo A) – alínea b) Loteamento da Zona Industrial da Cruz de Cristo (alteração ao Anexo A). Assim, e depois de introduzida a referida alteração, o ponto 2.12 (Actividades da Câmara) passará a ponto 2.16.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia passou a ser a seguinte:-----
Ponto 2.1 – Aprovação da Acta nº. 7/2004-----
Ponto 2.2 – Rectificação à deliberação camarária de 10/03/04 (ponto 2.3-
Compra e Venda de Imóvel)-----
Ponto 2.3 – Elaboração do Plano de Pormenor da UNOR 2-----
Ponto 2.4 – Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstração
de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações
Financeiras e Relatório de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e
Obrigações Patrimoniais-----
Ponto 2.5 – Aditamento à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano
de 2004-----
Ponto 2.6 – Apresentação da Candidatura “1º Curso Internacional de Verão
em Borba” à CCDRA no âmbito do PORA-----
Ponto 2.7 – Apresentação da Candidatura “Substituição do Sistema de
Iluminação Pública no Concelho de Borba” ao POE – Programa Energia----
Ponto 2.8 – Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2004/2005---
Ponto 2.9 – Protocolo entre a Câmara Municipal de Borba e a Associação
de Caçadores e Pescadores de Rio de Moinhos-----
Ponto 2.10 – Marcação de Hasta Pública para venda de duas habitações na
Aldeia Lacerda em Borba-----
Ponto 2.11 – Regulamentos de Venda de Lotes:-----
a) Loteamento Habitacional de Nossa Senhora da Vitória–Barro Branco
(alteração ao Anexo A)-----
b) Loteamento da Zona Industrial da Cruz de Cristo - Borba (alteração
ao Anexo A)-----

Ponto 2.12 – Aquisição de Parcela de Terreno-----
Ponto 2.13 – Alienação de Parcela de Terreno-----
Ponto 2.14 – Nomeação de um representante do Município no Conselho de Administração da Sociedade “EDC-Mármore-Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum dos Mármore, S.A.”-----
Ponto 2.15 – Abertura de Conta no Banco Espírito Santo para Projecto FAME de acordo com o POCAL-----
Ponto 2.16 – Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA Nº. 7/2004-----

Previamente distribuída por todo o executivo, e após a introdução de algumas correcções, **foi aprovada por unanimidade a Acta nº.7/2004-----**

PONTO 2.2 – RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 10/03/04 (ponto 2.3 – Compra e Venda de Imóvel)-----

Tendo em conta que houve um lapso na deliberação tomada em 10 de Março de 2004, (ponto 2.3 – Compra e Venda de Imóvel), **foi deliberado, por unanimidade**, aprovar a seguinte rectificação no primeiro parágrafo da referida deliberação: *onde se lê: com a área de 73,20 m2, deverá passar a ler-se: com a área coberta de 73,20 m2 e a área de construção de 134,98 m2.*-----

PONTO 2.3 – ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA UNOR 2-----

Concluída a elaboração do estudo global para a UNOR 2, e atendendo à informação emanada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, conclui-se que para a referida UNOR 2 poderá ser elaborado um único Plano de Pormenor na modalidade simplificada de Plano de Intervenção em Espaço Rural, atendendo ao disposto no n.º 1 do art.º 91 do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 310/2003, adoptando assim a figura de plano prevista na alínea a) do n.º2 do mesmo diploma.-----

A área a sujeitar a Plano de Pormenor corresponde ao limite da UNOR 2 previsto na planta de zonamento geral do mesmo estudo, com excepção da Zona Industrial Existente do Alto dos Bacelos cujo Plano de Pormenor se encontra em revisão e foi elaborado em sintonia com o Estudo Global da UNOR 2; a Zona Industrial Futura da Horta Nova e o Aglomerado Urbano do Barro Branco.-----

De acordo com o preceituado pelo Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro, a elaboração deste plano segue de acordo com o artigo 96º os procedimentos previstos para a elaboração, aprovação, ratificação e publicação.-----

O prazo para elaborar o plano de pormenor é de 120 dias.-----

A Câmara Municipal deverá deliberar, estabelecer um prazo de 15 dias para formulação de sugestões, bem como para apresentação de informações que possam ser consideradas no âmbito do procedimento da elaboração do plano de pormenor de modalidade simplificada, de acordo com o previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 77º do citado diploma.-----

Assim ao abrigo do artigo 74º do mesmo diploma, propõe-se que se delibere elaborar o Plano de Pormenor da UNOR 2 na modalidade simplificada de Plano de Intervenção em Espaço Rural.-----

Depois de analisar a proposta o vereador Joaquim Serra referiu que este assunto está bem esclarecido na introdução do Estudo Global da UNOR 2, no seu 5º parágrafo que refere o seguinte: “esta articulação conduz à definição de propostas de intervenção nos domínios da utilização dos espaços, minimização de impactos e recuperação paisagística. As propostas que constam do presente estudo global serão concretizadas através da elaboração de planos de pormenor que permitem trabalhar no terreno com conhecimento mais detalhado das intervenções específicas a executar. A vantagem da elaboração de planos de pormenor consiste também na sua correspondência a uma figura de plano enquadrada na legislação existente e por consequência vinculativa para as actividades que se localizarem na área de intervenção”. Considera, o vereador Joaquim Serra, que isto é o fundamental. O que se mandou fazer no PROZOM foi o Estudo Global que não é reconhecido em termos da legislação de planeamento e, não sendo reconhecido não vincula ninguém, então há que traduzir este estudo global numa unidade de planeamento conhecida e vinculativa e que exista. Mais próximo disto existe o Plano de Pormenor, então é isso que se vai fazer. A Câmara de Borba já gastou 15.000 contos neste estudo global e espera que a maior parte do que esteja aqui possa ser traduzido em Plano de Pormenor. Usou da palavra o Sr. Presidente lembrando o vereador Joaquim Serra que os 15.000 contos englobaram o estudo Global da UNOR 2 e a Alteração ao Plano de Pormenor do Alto dos Baceiros.-----

Referiu o vereador Joaquim Serra que mesmo assim, há dinheiro investido no estudo global e, espera que parte do dinheiro que foi investido no estudo global possa cobrir aquilo que é o Plano de Pormenor e ver se parte do trabalho que foi feito possa ser reflectido directamente em Plano de Pormenor. O Sr. Presidente referiu que a ideia é exactamente essa. Entretanto entregou aos vereadores eleitos pela CDU cópia do parecer jurídico emanado pela CCDRA.-----

O vereador Joaquim Serra referiu ainda que os estudos são sempre importantes, mas na prática têm que se materializar, e para a elaboração de um Plano de Pormenor existem outros trabalhos que um Plano de Pormenor tem que trazer, nomeadamente, o Plano de Execução Financeira do Plano de Pormenor.-----

O Sr. Presidente informou que, ao nível do Plano de Pormenor em Espaço Rural, foi combinado na última reunião que teve na CCDRA, com o Vice-Presidente Arq^o Travassos, com a Arq^a Fátima Bacharel e com a empresa, que este tipo de Plano de Pormenor que se pretende não vai ser muito aprofundado como, por exemplo, o do Alto dos Babelos, ou seja: é um Plano de Pormenor Simplificado, que não passará muito para além dos zonamentos.-----

Mesmo assim, o vereador Joaquim Serra considera que o Plano tem que definir condições de financiamento, (e a empresa também diz isso no estudo) porque só assim é que se consegue materializar.-----

O Sr. Presidente referiu que este Plano é um Plano na modalidade Simplificada e que não tem nada que ver com o tipo de Plano de Pormenor que a empresa pretendia fazer.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu saber o que isso significa, no entanto, o que lhe parece ter estado mal neste processo é não se ter dito à Câmara que o estudo Global iria apenas fazer uma análise superficial e dar orientações para os Planos de Pormenor que se iriam fazer e, neste caso, o estudo Global teria sido lançado com a componente dos Planos de Pormenor incorporadas.-----

O Sr. Presidente concordando com o que o vereador Joaquim Serra acabou de referir, informou que esta questão vai ter que ser falada, nomeadamente, em termos de custos.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que os eleitos da CDU não têm nada a opor contra a elaboração do Plano de Pormenor, no entanto, entendem que não pode haver precepitações nestas questões e talvez este tenha sido um erro logo do início do mandato. Entretanto o Sr. Presidente sublinhou, que não é por acaso que a Câmara de Borba, neste momento, é a que tem tudo pronto. Entende que o que foi feito foi com a melhor das intenções e com o objectivo de avançar o mais rapidamente possível. O vereador Joaquim Serra referiu acreditar que o que foi feito foi com a melhor das intenções, no entanto, é preciso que o Sr. Presidente reconheça que se tivessem conversado melhor sobre este assunto – se tivessem confrontado os técnicos sobre a impossibilidade de mais tarde se enquadrar aquele Plano na legislação – sobre a necessidade de se ter que desenvolver em Planos de Pormenor, teriam tido oportunidade de fazer tudo de uma só vez e, quem sabe, se a Câmara de Borba não teria tudo pronto da mesma maneira e com resultados práticos muito maiores do que estes.-----

Entende também que é preciso perceber as questões de instrumento de planeamento do concelho, porque mesmo para a própria empresa surgirão dificuldades sobre em que base vai ficar o Plano de Pormenor – será no actual PDM, no anterior PDM, no PDM revisto, ou será no PDM para rever. Estas são questões que se devem clarificar quer com a empresa quer com a CCDRA, para no momento que lá chegar se veja como vai ser tratado – se está sujeito a registo ou a aprovação, ou se o próprio Plano de Pormenor contrariar o PDM existente, se terá que ir a Conselho de Ministros. Tudo isto tem que ser bem ponderado, porque quando se mexe num instrumento de planeamento têm que se ver todos os instrumentos existentes.-----

O Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, que ao abrigo do artigo 74º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro mesmo diploma, se elabore o Plano de Pormenor da UNOR 2 na modalidade simplificada de Plano de Intervenção em Espaço Rural e que, no prazo de 15 dias, sejam apresentadas sugestões, bem como informações que possam ser consideradas no âmbito do procedimento da elaboração do referido plano de acordo com o previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 77º do citado diploma.-----

PONTO 2.4 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS-----

Tendo em conta o estipulado na alínea e) do número 2, artº.64º da Lei n.º.169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º.5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Órgão Executivo depois de ter elaborado os documentos de prestação de contas e demais documentos relativos ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro do ano transacto, procede à sua apresentação para efeitos de aprovação, para que seja submetido à apreciação e votação do Órgão Deliberativo. Será posteriormente remetido ao Tribunal de Contas, conforme estipulado na alínea bb) do número 1, artº.64 do citado Diploma Legal.-----

Verificou-se que os documentos em apreciação acusam nas "Operações Orçamentais" as **Receitas Orçamentais** de **6.492.715,44 €** e as **Despesas Orçamentais** de **6.572.545,98 €**. Em "**Operações de Tesouraria**", registou-se uma **ENTRADA DE FUNDOS** no montante de **506.046,23 €** e uma **SAÍDA DE FUNDOS** no montante de **1.065.567,04 €** e um **SALDO FINAL** de **162.805,84 €**. A **Demonstração de Resultados** apresenta um

Resultado Líquido do Exercício de (-177.900,78 €) e o **Balço** apresenta no Activo/Capital Próprio + Passivo o valor de 24.700.613,27 €.-----

Antes de passar à discussão e votação da proposta apresentada o Sr. Presidente começou por esclarecer que o documento do relatório foi enviado mais tarde, porque, só depois de começar a reflectir sobre os documentos de prestação de contas, considerou que haveria que elaborar um documento que simplificasse a leitura de todos aqueles documentos e, foi nesse sentido que se encontrou esta matriz que, na sua opinião, comparado com o do ano transacto consegue estar muito melhor. Quanto ao relatório de auditoria às contas, conforme já informou em reunião anterior, ainda não está concluído mas houve já um acompanhamento de todos os documentos presentes. Existem ainda muitas coisas a rectificar e a melhorar, mas foi para isso que o trabalho foi adjudicado. Pensa que posteriormente se consiga fazer algum acompanhamento. Quanto aos documentos de prestação de contas informou que poderão existir alguns erros, que não considera que sejam erros complicados, pois prendem-se com o sistema informático. Pensa também que o sistema informático tem que melhorar bastante e têm que ser feitas algumas alterações, esperando a para isso que a empresa Fasoft esteja à altura de fazer essas alterações, porque desta vez isso não aconteceu uma vez que os técnicos tinham viajado para Moçambique. Informou que esta questão do sistema informático está também a acontecer noutras Câmaras que estão a ser apoiadas pela Fasoft, no entanto tem havido um esforço muito grande, sobretudo da técnica desta autarquia (Dr^a Ana Alves), no sentido de pressionar os técnicos de informática da Fasoft, e pensa que a situação está a melhorar.-----

O Sr. Presidente referiu que, fazendo uma análise geral dos documentos em apreciação, procurou-se ter o maior rigor na elaboração do mesmo. Entretanto, no início do documento a primeira questão que ressalta à vista são os Fundos provenientes de Candidaturas ao PORA/FEDER, que em 2002 eram de 507.451,27 Euros e em 2003 passaram para 915.646,06 Euros o que prova que, em termos de captação de fundos comunitários e naturalmente de candidaturas, houve um grande melhoramento. Foi também feita uma síntese da actividade desenvolvida pegando-se nas Grandes Opções do Plano que tinham sido definidas e, se invocou o que foi feito nas grandes linhas de acção, tais como: nas questões dos instrumentos de planeamento em que é referido o PDM, a UNOR 2, o Plano de Pormenor da Zona Norte da Cerca, o esforço que está a ser feito em relação ao Plano de Pormenor ou loteamentos da ZH1. O Sr. Presidente informou que existe um parecer jurídico da CCDRA, que só agora teve conhecimento, referindo não ser preciso Plano de Pormenor para a ZH1.

Contudo, isto não significa que, mesmo sendo loteamentos, não tenha que haver um trabalho da Câmara no sentido de controlar a organização espacial daquela zona. Em termos de desenvolvimento económico integrado, o documento reflecte os eventos que se desenvolveram, onde ressalta a questão da Ex-Coabo, o Programa FAME. Em relação à descentralização e aos protocolos com as Juntas de Freguesias, tem sido feito o que é possível e, estão a receber verbas significativamente superiores às que recebiam, embora considere que é pouco, mas também é pouco o que a Câmara recebe do Governo. Ainda em termos de ambiente e qualidade de vida – Jardim Municipal (Parque Temático); Iluminação Pública do Concelho; Sistema Multimunicipal de Águas (ligado à resolução das ETAR'S e da qualidade da água); o Aglomerado da Parreira (que está concluído e para homologação); os Loteamentos Municipais; os concursos lançados para o Cine-Teatro e o Palacete dos Melos. Sublinhou, o Sr. Presidente, que com todas estas situações considera terem trabalhado bem nesta área. Em termos de Educação/Cultura/Desporto – existe a criação do Conselho Municipal de Educação; a Educação Física em todas as Escolas; a sala de estudo acompanhado; o acompanhamento e o apoio em transportes às visitas de estudo (sendo a Câmara de Borba uma das que mais apoio dá na região); a criação do Espaço Internet; os protocolos e o envolvimento das colectividades culturais e desportivas em vários eventos que se têm feito; a Candidatura ao INTERREG para transformar o edifício do Hospício num Fórum da Cultura e da Juventude; a intervenção e o trabalho desenvolvido com o PIC e Santa Casa da Misericórdia em termos de melhoramento no apoio domiciliário e de alguns serviços sociais de apoio à população; os apoios dados às Associações de Idosos; o trabalho desenvolvido ao nível da implementação do Cartão Social do Idoso (cujo regulamento está a ser preparado para ser trazido a uma reunião de Câmara). Em termos de Saúde – a questão do Centro de Saúde (que neste momento poderá ficar desbloqueada) e o grande esforço que foi feito para que constasse em PIDDAC); a questão das acessibilidades; o estudo do trânsito; o acesso à Zona Industrial da Cruz de Cristo; o alargamento da Estrada 508.4 Rio de Moinhos/Salgada; os melhoramentos da Estrada 1042; os caminhos da UNOR; a Estrada Barro Branco/Nora; a colaboração à inauguração e ao trabalho da Variante à EN 255. Em termos de localização estratégica – o esforço que tem sido feito no sentido de trazer indústrias para Borba. Em termos de Modernização dos Serviços (o investimento que tem sido feito a esse nível), o trabalho na EDC no que se refere à participação em empresas. Realçou tratar-se de uma série de trabalhos que em termos políticos reflectem perfeitamente o grande trabalho que tem sido feito pela Câmara Municipal de Borba. Em termos de execução orçamental, ficou condicionada pelo abrandamento da actividade económica que se reflecte ao nível das receitas e consequentemente o nível

de despesa executado. Relativamente às Contas, referiu que em termos de situação económica, tal como está referido na página 28 do documento na análise ao Balanço, existem alguns constrangimentos. Em termos de Resultado Líquido embora com um resultado negativo (-177.900,78 €) representa uma melhoria em relação ao ano anterior, pois como é evidente isto tem que ver com a forma como o trabalho tem sido desenvolvido ao longo deste ano. “Em termos de receitas e despesas correntes existe algum equilíbrio, por isso considera estar no bom caminho, embora seja preciso continuar e melhorar muita coisa” – rematou o Sr. Presidente.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra perguntando ao Sr. Presidente se ficou satisfeito com o desempenho, tendo-lhe sido respondido que sim. “Não é esta a opinião da oposição” – frisou o vereador Joaquim Serra. Seguidamente e para poder fazer uma melhor análise dos documentos, referiu que gostaria de colocar algumas questões de ordem técnica. O Sr. Presidente pediu, de imediato, a comparência dos dois técnicos da área financeira. Após a presença dos técnicos, o vereador Joaquim Serra começou por valorizar o trabalho por eles desempenhado e referiu que evoluiu bastante em relação ao ano anterior. Considera que, tecnicamente, o trabalho está mais correcto em termos de apresentação melhorou muito na clarificação de algumas contas. Contudo, deparou-se com algumas questões que lhe chamaram a atenção e que gostaria de ser esclarecido. A primeira questão prende-se com o Balanço – no imobilizado e nos bens de domínio público, repetindo-se também nos bens de domínio privado, a que são devidas as amortizações que aparecem em terrenos e recursos naturais (partindo-se do princípio que um terreno não é amortizado, como se justificam estas amortizações) – que se reflectem também na aprovação do resultado. A técnica respondeu informando que, quanto às amortizações relativamente aos terrenos de imobilizado, existe uma nota num relatório referente a acertos que têm que ser feitos e que ainda não estão correctamente feitos porque, a nível informático, ainda não conseguiram resolver a situação, ou seja: quando inserem no programa dá automaticamente uma taxa de 0,67, por incrível que pareça. Trata-se portando de um erro informático que já tentaram resolver, mas os técnicos da Fasoft foram para Moçambique e não resolveram esta situação. De facto está a ser tudo revisto e o maior problema que existe a nível dos terrenos, é precisamente estar a dar um custo superior que na realidade não é verdade, ou seja: os terrenos têm uma taxa 0 e não 0,67 como está a acontecer. Realçou que esta questão está a ser vista ponto a ponto e o processo está ainda em continuação.-----

Outra questão colocada pelo vereador Joaquim Serra: Activo – Conta 4.5.3 “Outras Construções e Infraestruturas”, apresenta no activo bruto zero, e uma amortização negativa de cinco milhões oitocentos e cinquenta. A técnica esclareceu que quando se fez a passagem do ano passado para este

ano, houve algumas contas de balanço que não estavam exactamente iguais. Esta deveria estar na Conta 4.5.2.2 “Outras Infraestruturas”. – a nível real de valor não tem efeito, a nível de precisão do local está errado, ou seja, deveria estar na rubrica acima, e este erro deve-se de facto à alteração de algumas contas de balanço.-----

A terceira questão que o vereador Joaquim Serra gostaria de ver esclarecida foi a seguinte: No passivo aparece uma rubrica a zero, que é a 2.6.1.1 “Fornecedores de Imobilizados – conta corrente”. A técnica esclareceu que relativamente às contas de terceiros, o ano passado tinham optado por fazer tudo numa única conta (pensa que até foi alvo de comentários). Este ano tentaram subdividir essas mesmas rubricas e colocaram-na na rubrica 2.2.1.9.9.9.9 que ficando tudo junto fica na 2.2.1 “Fornecedores – conta corrente”.-----

O vereador Joaquim Serra referiu ainda que não se encontra reflectido nesta conta a questão da dívida do Empréstimo a Curto Prazo. A técnica informou que está junto com o Empréstimo a Médio e Longo Prazo. Depois na explicação dessa conta, num relatório, aparece o valor de cada um deles.-----

Entretanto e depois de ter sido esclarecido pelos técnicos, o vereador Joaquim Serra referiu que, tal como já disse no início da sua intervenção, houve um salto qualitativo, por parte dos técnicos, é reconhecida uma melhoria substancial nos documentos, não só pelos eleitos, mas também pelos próprios técnicos o que é bastante bom. Contudo existem ainda algumas coisas a corrigir e a rectificar principalmente no Balanço, e é bom que os técnicos tenham consciência disso para se poderem aperfeiçoar ainda mais.-----

O vereador Joaquim Serra, no que diz respeito à execução da política orçamental, fez o seguinte comentário: caracteriza-se pela falta de critério e falta de algum rigor, pois só desta maneira se pode justificar a necessidade de 18 alterações orçamentais e uma revisão orçamental, o que representa uma média de 3 alterações orçamentais em cada 2 meses de exercício. Entretanto o Sr. Presidente referiu que “este ano já não se estão a fazer e, só se fazem alterações orçamentais, porque elas existem”.-----

Lembrou então que o orçamento apresentado para o ano de 2003 apresentava:-----

Previsão:-----

Receita Corrente: 3 915 455 € - Despesa Corrente: 3 915 455 €-----

Receita de Capital: 6 784 000€ - Despesa de Capital: 6 784 00 €-----

Total da Receita: 10 699 455€ - Total da Despesa : 10 699 455€-----

A execução atingida é de:-----

Receita Corrente: 3 627 451,96 € - Despesa Corrente: 3 692 115 €-----

Receita de Capital: 2 865 263,48€ - Despesa de Capital: 2 880 430,98 €-----

Total da Receita: 6 492 715,44€ - Total da Despesa : 6 572 545,98 €-----

Sublinhou o vereador Joaquim Serra que pode concluir que o desempenho da maioria não é de forma alguma satisfatório pois a execução total da receita não atinge 60%. De concluir que dessa receita, a receita corrente atinge no orçamento total da receita um peso de aproximadamente 60%, quando era previsto 36% e que a receita de capital se cifra nos 40% e não nos 64% previstos inicialmente.-----

De acordo com os dados acima referidos concluí-se que a receita corrente cobrada não cobriu a despesa corrente efectuada, existindo por isso necessidade de desviar verbas de capital para cobertura de despesas correntes, sendo que a situação não é novidade mas carece de explicação pois viola o princípio do equilíbrio orçamental.-----

O vereador Joaquim Serra reportando-se ao Relatório de Actividades, fez as seguintes observações: página 20 do relatório – referiu que, ao contrário do que aparece reflectido, a Câmara Municipal em termos de participação em entidades societárias não é sócia da GESAMB. O Sr. Presidente confirmou que não. O vereador Joaquim Serra referiu então, que essa entidade deverá ser retirada. Por outro lado parece-lhe que, em determinada altura, a Câmara decidiu ser sócia e adquirir acções do CEVALOR. O Sr. Presidente informou que ainda não se adquiriram. O vereador Joaquim Serra referiu que se não se adquiriram o documento está certo, porque na conta não estão reflectidas. Neste caso, trata-se apenas de uma decisão a que o Sr. Presidente ainda não deu cumprimento.-----

Prosseguindo, o vereador Joaquim Serra, referiu que gostaria de chegar a esta reunião e poder dar os parabéns, aos eleitos em maioria, pela execução do PPI, mas face à conta apresentada não poderia “ser melhor” pois situa-se abaixo dos 40% de execução, o que é bastante pouco para quem tudo prometeu. Fez então alguns comentários, nomeadamente: Execução Anual do PPI – começando pelos instrumentos de ordenamento e planeamento, os níveis de execução aparecem quase todos a zero (poderá mesmo dizer que se trata de uma actividade furada). É óbvio que cada um fica satisfeito com aquilo que quer, mas se os eleitos em maioria estão satisfeitos com estas taxas de execução, ele está insatisfeito. Apesar de lhes ter sido dito que “não tinham unhas para tocar tantas violas”, pela oposição, aquando da aprovação do Plano Plurianual de Investimento e o Orçamento, mas insistiram e hoje estão a recolher o resultado daquilo que foi a demagogia feita nesta aprovação, tal como tinha sido feita durante a campanha eleitoral na apresentação das propostas para o mandato. E é assim que passando a “pente fino” esta execução verifica-se que existem projectos que por serem estruturantes deveriam ter tido um tratamento diferente e uma execução mais atempada. Por outro lado, tem assistido nas reuniões a determinadas aprovações que não estando contempladas em PPI tomam prioridade imediata, o que não lhe parece ser uma boa forma de gestão.-----

Considera que a falta de dinamismo dos eleitos em maioria para concluir as obras em execução que se arrastam há dois anos, a falta de iniciativa e atrasos no lançamento de novas obras, a falta de acompanhamento nos diversos sectores de actividades da Câmara e o improvisado por falta de preparação das decisões têm contribuído e muito para a actual situação que é preocupante e tende a agravar-se se não forem tomadas medidas oportunas. Não é possível continuar com atrasos constantes nas obras candidatas em que as reprogramações se atropelam umas às outras, mas os autos de medição não entram na CCDRA, não é possível adiar por mais tempo o encerramento de obras como o Loteamento da Nave; da Nossa Senhora da Vitória; do Forno; a remodelação da rede de águas da Nora; o Jardim Municipal; a Rua de S. Francisco; o URBCOM, etc., em que se podem perder fundos comunitários por incumprimentos de prazos. Passados dois anos, é inconcebível que a obra do Mercado não tenha continuidade, tal como o Palacete dos Melos ou o Notariado. Passados dois anos não se compram terrenos em Rio de Moinhos para novos loteamentos; passados dois anos destruiu-se o estudo prévio do Parque de Feiras e exposições e não se apresenta outro projecto para além de ser mudada a Feira à pressa e sem planeamento.-----

Da análise dos valores percebe facilmente que a falta de dinamismo na execução das obras já aprovadas, homologadas e em execução, bem como no lançamento de novas obras com apoio comunitário não permitiu realizar as receitas previstas de Fundos Comunitários. A título de exemplo referiu: Jardim Municipal, Loteamento do Barro Branco, Loteamento da Nave e Loteamento do Forno. Também as vendas de bens de investimento ficaram muito aquém do que era previsto, pois para além da conjuntura económica difícil que se atravessa, os exagerados aumentos da Câmara Municipal no preços dos terrenos não permite um maior desempenho.-----

Uma análise mais cuidada da estruturação da receita permite-lhe referir que: 65% da receita resulta das Transferências; 31% - Transferências Correntes e 34 % Transferências de Capital; 8% da receita resulta de Impostos; 17% da receitas próprias. Se se retirar 7% das vendas de bens de investimento (Terrenos, Habitações, etc.) restam 10% de receitas geradas no Município.-----

Apesar dos fortes aumentos nas taxas e tarifas existentes e com a criação de novas taxas e tarifas a preços elevados a dificuldade estrutural mantém-se. Que medidas inovadoras vão ser tomadas, ou vão continuar a apostar no aumento de taxas e tarifas como tem sido feito nestes dois últimos anos? – tais como: Licenças de Obras – Água – Ex-Contribuição Autárquica, etc.--- No que diz respeito à despesa os dados permitem concluir que a despesa corrente atingiu o valor de 3 692 115€ (93,1%) do previsto e a despesa de capital atingiu 2 880 439,98€ (40%) do previsto.-----

Deste modo, mais uma vez entende ser necessário referir que só com outra dinâmica é possível obter melhores resultados, pois a falta de dinamismo na conclusão das obras com apoio comunitário e os sucessivos atrasos no lançamento de novas obras não permite recuperar. Para se obterem receitas de Capital tem que haver dinamismo no investimento o que não está a ser conseguido nestes dois últimos anos.-----

O peso das despesas correntes inicialmente previsto era de 36,6%, mas o que se veio a verificar no final é que o peso passou para 56% enquanto que as despesas de capital inicialmente correspondiam a 63,4% e no final representam 44%, invertendo-se completamente a lógica do inicialmente previsto. Dentro das despesas e com a panorâmica apresentada as despesas com pessoal apresentam um peso orçamental da ordem dos 38,3% que somados com 10% de aquisições de serviços representa cerca de 50% do orçamento executado, situação a merecer reparo e tratamento.-----

Relativamente à situação Económica e Financeira da Autarquia, o vereador Joaquim Serra frisou que no início de 2003 a dívida a fornecedores apresentava um valor de 803.270,36 € apesar de ter sido contraído um empréstimo de 500 mil € para pagamento a fornecedores e da Câmara ter recebido de forma Extraordinária a importância aproximadamente de um milhão de euros em venda e expropriação de terrenos provenientes do mandato anterior. Foi também contraído, no ano anterior, um empréstimo de 1 milhão de € para investimentos.-----

No final do presente ano, a situação é a seguinte: Dívidas a fornecedores – 979.288,14 € quando em 2002 era de 803.270,36 €, pelo que se agravou 176.017,78 € - 22%. Dívida à Banca: no início do ano de 2002 – A Câmara Municipal devia à banca 2.215.116,93 € de empréstimos a médio e longo prazo, no final desse ano devia 3.390.299,56 € e no final de 2003 deve 3.090.969,79 €, apesar de não ter sido contratado nenhum empréstimo em 2003 a dívida aumentou durante a gestão do PS de 2.215.116,93 € para 3.090.969,79 €, ou seja 875.852,86 € - mais 40%.-----

No que diz respeito a contratos a dívida é de 1.280.435,75 €. Assim o total da dívida ascende hoje a 5.495.677,90 €. De realçar ainda que apesar da Câmara cobrar aos municípios os resíduos sólidos deva à AMDE e à empresa de Resíduos –151.508,7 €.-----

Entretanto usou da palavra o vereador Humberto Ratado saudando também o trabalho dos técnicos – a grande melhoria verificada na apresentação das contas. Há que reconhecer, no entanto, que além de todo este esforço, existem pontos que ainda não estão devidamente trabalhados (problemas que vão surgindo com o Programa), mas tudo aponta para o bom caminho, pois está a iniciar-se um trabalho de preparação para um maior rigor e um maior controlo para a autarquia, em benefício dos municípios e do Município. Já não pode dar as mesmas saudações aos eleitos da CDU, nomeadamente, perante a palavra do Sr. vereador Joaquim Serra, porque

não o surpreendeu a tomada de posição que teve. Numas contas tão vastas, é de lamentar que só tenha visto os zeros e não tenha visto os cifrões, embora reconheça que se tivesse no lugar dele faria o mesmo, porque é mais fácil apontar o que não se faz. No entanto, a maioria PS tudo fará para cumprir ao máximo os objectivos a que se propuseram. Reconhece o seu trabalho e o trabalho dos seus colegas, por isso só pode dizer que estão a trabalhar imenso e o melhor que podem.-----

Quanto à Conta – a questão da execução, também ele fez a sua análise e comparou as taxas de execução desde 1998 até 2003. Lembrou, então, as taxas de execução de um executivo que teve também, em seu entender, oportunidade de fazer muito mais, que teve oportunidade de aproveitar os fundos comunitários (e não os aproveitou) para alguns problemas com que hoje se deparam, tais como: infraestruturas, equipamentos desportivos e culturais, remodelação de rede de águas e esgotos a nível concelhio (que causa grandes problemas à população). Desta forma, acusa também o anterior executivo da falta de preocupação para com os munícipes, para com o concelho de Borba na tentativa de projectar e de candidatar estes equipamentos enquanto houve tempo e dinheiro, e isso não aconteceu.-----

Chamou então a atenção para as taxas de execução relativamente ao orçamento inicial. Em 1998, uma taxa de 40,65% na receita e de 40,45% na despesa. Em 1999 (deve ter havido um bónus, mas mesmo assim o anterior executivo está de parabéns) uma taxa de execução de 76,07% na receita de 75,92% na despesa. Em 2000, uma taxa de 59,88% na receita e de 62,75% na despesa. Em 2001, uma taxa de 52,44% na receita de 52,46 na despesa (verifica-se uma recaída constante). Já neste mandato e, com todas as barreiras que houve, inclusivamente a mudança do Governo a taxa em 2002 foi de 61,52% na receita e de 58,46% na despesa. Em 2003, uma taxa de 60,68% na receita e de 61,43% na despesa. Contudo, na sua opinião, quando se fala em taxas de execução, não é só a execução que importa, importa sim saber onde ela foi aplicada. Sintetizando: entre 1999 e 2001 verifica-se uma descida; entre 2002 e 2003 verifica-se uma ligeira subida. Referiu que, da análise que fez, elaborou também um gráfico com a evolução das percentagens de execução desde 1998 até 2003 e que passa a referir: Quando normalmente se refere que as receitas correntes não cobrem as despesas correntes, é verdade. Em 2002, 2001, 2000 e 1998 é verdade, excepto em 1999. Reportando-se às receitas de capital e despesas de capital, o vereador referiu: As receitas de capital em 1998 cobrem as despesas de capital; em 1999 não cobrem; em 2000 estão muito aproximadas, mas cobrem; em 2001 cobrem; em 2002 ainda cobrem mais e em 2003 não cobrem ligeiramente mas estão muito aproximadas, o que significa que se está a entrar em equilíbrio. Realçou ainda: Total das receitas – total das despesas: em 1998 cobre, em 1999 não cobre

ligeiramente, em 2000 não cobre, em 2001 não cobre ligeiramente, em 2002 cobre plenamente e em 2003 não cobre ligeiramente.-----
Frisou, porém, que quando sente que é acusado e, neste caso, não pode deixar de referir que o dinamismo deste novo executivo tem sido bom e está cá para trabalhar. O vereador Humberto Ratado referiu que esta é a análise que faz, podendo até ser a mais fundamentalista mas cada um tem a sua e o que interessa é fundamentá-la. -----
“Ninguém acusou o vereador Humberto de não trabalhar, exigiu sim mais dinamismo, porque também lhe exigiam a ele enquanto vereador no executivo em maioria – realçou o vereador Joaquim Serra”.-----
Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro, expressando também a sua opinião sobre os documentos em análise. Referiu que não pretende referenciar números, isso já foi feito pelo vereador Humberto, pois essa é a sua área. O que transparece da intervenção do vereador Humberto é que na verdade estão espelhados valores da execução e até os mapas comparativos. Quer a oposição queira, ou não, está o historial feito deste executivo e daquilo que foram os últimos 4 anos do executivo anterior. Quando o vereador Joaquim Serra diz que não houve execução, pois ela está espelhada nos mapas feitos pela análise do vereador Humberto Ratado. Recorda-se perfeitamente, quando era membro da Assembleia Municipal, que o vereador Joaquim Serra considerou uma taxa de execução, do anterior mandato, de 33% muito boa. A verdade é que não é a falta de dinamismo do executivo que provoca falta de execução, são de facto condicionantes que surgem ao longo do ano e, o vereador Joaquim Serra sabe isso muito bem, pois já passou mais anos por aqui. Sabe perfeitamente que o vereador Joaquim Serra tem experiência e formação nessa área, mas também é verdade tem que fazer o seu “teatro” político perante a maioria do executivo. Por outro lado, o vereador Joaquim Serra disse que se estão a perder verbas e corre-se o risco de perder ainda mais, no entanto, isso também aconteceu no mandato da CDU, com a questão do Loteamento da Zona Industrial. Não percebe porque é que o vereador Joaquim Serra diz que a taxa de execução é tão baixa em relação a loteamentos, a outros caminhos, etc., quando se fizeram mais autos e se recebeu mais dinheiro. Como é evidente se o trabalho é pago é porque foi feito – existem mais verbas do FEDER e de autos de trabalho. O Sr. Presidente complementou esta informação sublinhando: Em termos de custos provenientes de candidaturas FEDER, em 2002, recebeu-se 507.451,27 € e em 2003 recebeu-se 915.646,00 €, o que significa “obra”. O vereador Artur Pombeiro lembrou: a ETAR da Ribeira foi concluída, a ETAR da Parreira está concluída, existem muitos caminhos arrançados. Em relação aos Loteamentos Municipais, o vereador Joaquim Serra, teve-os em mão, sabe muito bem como ficaram quando terminou o mandato anterior. A verdade é que hoje, o loteamento da Nora está praticamente a encerrar, o

loteamento do Barro Branco, está quase pronto falta colocar o betuminoso para se concluir e o loteamento da Orada sabe-se muito bem como estava e como está hoje. Quanto a este último a escolha do terreno não foi a melhor, pois tem trazido grandes custos para a Câmara.-----

Depois de analisados e discutidos os documentos o Sr. Presidente colocou a proposta à votação. Assim, e tendo em conta a alínea e) do artº. 64º do citado Diploma Legal, foi deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra aprovar os Documentos de Prestação de Contas e que os mesmos sejam submetidos à apreciação e votação do Órgão Deliberativo. Foi ainda deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, aprovar o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e que o mesmo seja submetido à apreciação do Órgão Deliberativo-----

Os vereadores eleitos pela CDU votaram contra os documentos apresentados pela fundamentação dada ao longo de toda a apreciação feita.-----

PONTO 2.5 – ADITAMENTO À TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E TARIFAS PARA O ANO DE 2004-----

Tendo em conta a alínea a) do nº.6 do artº. 64º do Dec-Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal propõe submeter à aprovação da Assembleia Municipal um aditamento à tabela de taxas, licenças e tarifas – ano de 2004. -----**

O Sr. Presidente informou que este aditamento se prende com a inclusão de taxas por inspecção de veículos para transporte de produtos alimentares e de veículos que transportam animais. Prende-se também com a alteração do artigo 41º relativo à remoção de veículos abandonados na via pública (viaturas ligeiras e viaturas pesadas e máquinas).-----

Relativamente a esta questão, o vereador eleito pela CDU, recomendou que se visse com a Consultora Jurídica da Câmara a possibilidade de fazer um regulamento para estas situações até no sentido de se ver a partir de que data a Câmara pode fazer a alienação das viaturas. O Sr. Presidente informou que também já tinha previsto a questão do regulamento, questão que será tratada a seguir.-----

O Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o referido aditamento à tabela de taxas, licenças e tarifas – ano de 2004.-

Ficará o referido aditamento anexo a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

PONTO 2.6 – APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA “1º CURSO INTERNACIONAL DE VERÃO EM BORBA” À CCDRA NO ÂMBITO DO PORA-----

A Câmara Municipal de Borba, deliberou, por unanimidade, apresentar a Candidatura 1º Curso Internacional de Verão em Borba “A Sustentabilidade é Possível – Agenda 21 Local” à CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no âmbito do PORA – Programa Operacional da Região Alentejo. O valor da candidatura é de 28.885,08 Euros.-----

O vereador Joaquim Serra, mesmo sem se opor à realização do Curso, gostaria de saber o enquadramento desta Candidatura em termos de PPI e Orçamento.-----

O Sr. Presidente pediu, de imediato, informação junto dos serviços de área financeira e informou que esta candidatura se enquadra em termos de orçamento na rubrica 08.02.02.20.-----

PONTO 2.7 – APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA “SUBSTITUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO CONCELHO DE BORBA” AO POE - PROGRAMA ENERGIA-----

A Câmara Municipal de Borba deliberou, por unanimidade, apresentar a Candidatura “Substituição de Iluminação Pública do Concelho” ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, no âmbito do POE – Programa Energia. O valor da candidatura é de 37.898,00 Euros.-

PONTO 2.8 – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LECTIVO 2004/2005-----

Presente o Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2004/2005, que foi aprovado em reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada a 7 de Abril de 2004, que ficará anexo à acta dela fazendo parte integrante.-----

A Câmara Municipal, depois de analisar o referido Plano, deliberou, por unanimidade a sua aprovação.-----

PONTO 2.9 – PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA E A ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES E PESCADORES DE RIO DE MOINHOS-----

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente o Protocolo a estabelecer entre a Câmara Municipal de Borba e a Associação de Caçadores e Pescadores de Rio de Moinhos, que tem por objectivo compartilhar e apoiar *técnica, material e financeiramente* o desenvolvimento das actividades regulares da Associação de Caçadores e Pescadores de Rio de Moinhos, cuja aprovação se propõe.-----

Antes de se passar à votação do protocolo o vereador Humberto Ratado explicou que, embora este protocolo já estivesse pronto à mais tempo, só agora trás este protocolo à aprovação, porque a Direcção da Associação esteve demissionário.-----

O vereador Joaquim Serra depois de fazer a sua análise entende que o espírito das actividades a desenvolver deveria ser no espírito que a Câmara também reconhecesse algum interesse nessas actividades. A título de exemplo referiu: “Batidas a raposas e saca-rabos”, “Visita à Expocaça em Santarém”, “Organização de almoço convívio do aniversário de Associação”, etc. A ideia com que se fica é de que a Câmara quer que se realizem estas actividades e não é isso que acontece. Em termos de prejuízo para a Câmara ou de participação pública na actividade, no caso deste protocolo, entende que se qualquer uma destas actividades não se realizarem, não há nada que implique a renuncia do protocolo, como poderá vir a acontecer em qualquer um dos outros que já foi aprovado.-----

O vereador Humberto Ratado referiu que entende perfeitamente a ideia do vereador Joaquim Serra, no entanto, todos os protocolos têm esta cláusula e o protocolo do ano transacto com esta Associação também contemplava estas actividades. Na sua opinião entende que, tratando-se de convívios e actividades no âmbito da Caça, não há razão para que não possam estar contempladas. Frisou, no entanto, que começou a exigir das Associações e Colectividades a entrega de relatórios. Caso os relatórios não sejam entregues é cancelado o apoio temporário.-----

Entretanto o vereador Vicente Ermitão referiu que, na sua opinião, poderiam ser criados mais dois protocolos desta natureza, porque existem mais duas Associações de Caçadores no concelho: uma em Borba e outra em Orada.-----

Quanto à observação feita pelo vereador Vicente Ermitão, o vereador

Humberto Ratado esclareceu que o ano passado foi estabelecido um Protocolo de cedência de instalações, com a Associação de Caçadores de Borba, que é automaticamente renovável. No que concerne à Associação de Caçadores de Orada, o vereador informou que se lhe apresentarem um plano de actividades que implique a realização de um protocolo não há razão para não o fazer. No entanto, esta tem que ser uma iniciativa da própria Associação e, ele próprio, já falou com o Presidente da Associação a quem transmitiu que apresentasse um plano de actividades para se discutir e ver a possibilidade de celebração de um protocolo.-----

Analisado e discutido, o Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o referido Protocolo. Depois de assinado ficará cópia do mesmo anexa a esta dela fazendo parte integrante.-----

PONTO 2.10 – MARCAÇÃO DE HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE DUAS HABITAÇÕES NA ALDEIA LACERDA EM BORBA-----

Tendo em conta que a hasta pública marcada para dia 26 de Fevereiro último ficou deserta de interessados, **a Câmara Municipal, deliberou por maioria**, com três votos a favor e dois votos contra, marcar nova hasta pública, para venda das duas habitações na Aldeia Lacerda, abaixo descritas, para dia **12 de Maio, pelas 10:30 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal.**-----

Descrição	Área	Composição	Valor base de licitação
Prédio urbano, sito na Aldeia Lacerda, com o nº.2, inscrito na matriz com o número 1399	Sup.coberta:80,00 m2 Sup.descoberta:44,00m2	Uma cozinha, três divisões, casa de banho e quintal	37.409,84 €
Prédio urbano, sito na aldeia Lacerda, com o nº.6, inscrito na matriz com o número 1403	Sup.coberta:32,50m2 Sup.descoberta:15,00m2	Uma cozinha, uma divisão, casa de banho e quintal	17.457,93 €

Lance mínimo: **-100 Euros**-----

Foi ainda deliberado, por maioria:-----

1 – Forma de adjudicação das habitações:-----

1.1 Os habitações serão vendidas pela Câmara Municipal aos interessados, em hasta pública.-----

1.2 A data, hora e local da venda será anunciada em Edital, com pelo menos 15 dias de antecedência, e divulgada no jornal e rádio local.---

2– Deveres dos arrematantes:-----

2.1 Os compradores pagarão, no dia da arrematação, vinte por cento do valor das habitações. A parte restante será liquidada no acto da escritura de compra e venda, que será efectuada no prazo máximo de 60 dias.-----

Os vereadores eleitos pela CDU, votaram contra pelos fundamentos apresentados na reunião de 11 de Fevereiro último, ou seja: por considerarem que pelos valores que as habitações vão ser vendidas, não lhes parece que a Câmara resolva alguns problemas, parece-lhes sim que se poderão perder duas casas quando se poderia jogar com alguns realojamentos temporários. Por considerarem ainda que deveria existir um critério de utilização deste espaço, que fosse rigoroso e contratual para períodos pequenos e de extrema necessidade, e não para fazer realojamentos de longa duração nem para resolver problemas de quem não tem casa.-----

PONTO 2.11 – REGULAMENTOS DE VENDA DE LOTES:

a) Loteamento Habitacional de Nossa Senhora da Vitória – Barro Branco (alteração ao Anexo A)-----

Tendo em conta a alínea a) do nº.6 do artº. 64º do Dec-Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro, a **Câmara Municipal deliberou, por unanimidade**, submeter à aprovação da Assembleia Municipal uma alteração ao Anexo A do Regulamento de venda de lotes habitacionais do Loteamento de Nossa Senhora da Vitória – Barro Branco, que consiste na inclusão dos seguintes lotes:-----

Lote n.º	Área (m²)	N.º de Pisos	Utilização	Valor da adjudicação
01	468.45	1	Habitação Unifamiliar	23.000 €
02	468.45	1	Habitação Unifamiliar	23.000 €
03	358.15	1	Habitação Unifamiliar	20.000 €
04	323.00	1	Habitação Unifamiliar	17.500 €
05	323.00	1	Habitação Unifamiliar	17.500 €
06	304.00	1	Habitação Unifamiliar	17.500 €
07	315.00	1	Habitação Unifamiliar	17.500 €
11	166.50	2	Habitação Unifamiliar	18.000 €
14	166.50	2	Habitação Unifamiliar	30.000 €

b) Loteamento da Zona Industrial da Cruz de Cristo (alteração ao Anexo A)-----

Tendo em conta a alínea a) do n.º.6 do art.º. 64º do Dec-Lei n.º.169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º.5-A/2002 de 11 de Janeiro, a **Câmara Municipal deliberou, por unanimidade**, submeter à aprovação da Assembleia Municipal uma alteração ao Anexo A do Regulamento de venda de lotes do Loteamento da Zona Industrial da Cruz de Cristo, que consiste na inclusão dos seguintes lotes: -----

Lote n.º.	Área (m2)	N.º. de pisos	Utilização	Base de licitação
78	415	Até 2	Pequenas oficinas, artesanato	22.500 €
79	425	Até 2	Pequenas oficinas, artesanato	22.500 €

2.12 – AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO-----

Tendo em vista a construção do futuro Centro de Saúde de Borba, a Câmara Municipal propõe adquirir à Santa Casa da Misericórdia de Borba, uma parcela de terreno com a área de 3.600 m2 a destacar do logradouro do prédio urbano sito na “Quinta da Prata”, inscrito na freguesia Matriz sob o artigo n.º 2995, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba sob o n.º 02155/010731, pelo valor de 87.289,64 Euros.-----

O pagamento do preço será efectuado da seguinte forma:-----

- 10% na data da escritura;-----
- 15% em Agosto de 2004,-----
- 25% em Dezembro de 2004,-----
- 25% em Março de 2005-----
- 25% em Junho de 2005-----

Depois de analisar a proposta o vereador Joaquim Serra perguntou se em termos de escritura vai ser referido que o terreno se destina ao Centro de Saúde e como vai ser no caso de não ser construído, ao que o Sr. Presidente respondeu que esta questão está referida no ponto que se segue (2.13 – Alienação de Parcela de Terreno). O vereador Joaquim Serra perguntou ainda como é que este assunto vai ser tratado em termos de instrumento e planeamento, ao que o Sr. Presidente respondeu que está a ser tratado com a DRAOT, e vem na sequência daquilo que se definiu no início deste mandato. Perguntou também qual é a legalidade da cedência de terrenos por parte do Município para estruturas do Poder Central, porque sabe que esta situação não é a prática.-----

O Sr. Presidente referiu que também sabe disso, no entanto, neste caso não há alternativas, porque se a Câmara não ceder o terreno corre-se o risco de não haver Centro de Saúde em Borba.-----

Mesmo assim, o vereador Joaquim Serra entende tratar-se de uma forma de pressão que deveria ser denunciada.-----

Entretanto, o vereador Joaquim Serra solicitou ao Sr. Presidente que este ponto e o seguinte fossem discutidos na próxima reunião de Câmara, uma

vez que os vereadores eleitos pela CDU não tiveram qualquer informação prévia e também porque não se trata de assuntos rotineiros, trata-se sim de um terreno que vai ser adquirido para um fim e que vai ser cedido para o património de outra entidade. Isto porque uma coisa é ter a sua ideia pessoal e outra é representar uma força política neste órgão, e estes assuntos gostaria de os poder concertar com outras pessoas. Se o Sr. Presidente fizer tenções de continuar com estes pontos, na reunião de hoje, os eleitos da CDU irão votar contra.-----

O Sr. Presidente referiu que gostaria muito que os vereadores da CDU votassem favoravelmente estas propostas e, se quiserem, podem até ter mais tempo para as analisar melhor, podem utilizar o telefone e fazer os contactos que quiserem. Contudo, na sua opinião, pontos como estes não têm qualquer informação prévia, só têm a informação no dia da reunião: Poderia até agendar uma reunião extraordinária, mas tem compromissos até final do mês com este assunto, por isso entende que não o deverá adiar mais, pois para vir uma unidade destas para Borba tem que se fazer um grande esforço.-----

De seguida o Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra a sua aprovação. Os vereadores eleitos pela CDU, votaram contra e apresentaram a seguinte declaração de voto: “os vereadores eleitos pela CDU votam contra as propostas apresentadas nos ponto 2.12 – Aquisição de parcela de terreno e 2.13 – Alienação de parcela de terreno, por entenderem que a questão e a competência de instalação dos Centros de Saúde é do Poder Central e não das autarquias; por entenderem que a aquisição deste terreno envolve dinheiro da autarquia e não do Poder Central; por conhecerem que situações destas têm sido consideradas de ilegalidades – a cedência de terrenos da Administração Local à Administração Central (contudo, a existência de um parecer jurídico que provasse o contrário ajudaria na decisão) e por entenderem que também não é este o entendimento da ANMP sobre esta matéria. No entanto, sabem que este é um equipamento necessário e que faz falta ao concelho, que deve ser viabilizada a sua construção, mas não à custa dos meios financeiros das Câmaras Municipais”.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente referindo que a posição dos eleitos em maioria é idêntica à do vereador Joaquim Serra, mas com uma grande diferença, ou seja: não estão na oposição, estão no executivo como maioria e a questão que lhes tem sido sempre colocada é que o Poder Central não está na disposição de adquirir o terreno para o Centro de Saúde e só é construído se a Câmara lhe facultar o terreno. Perante esta situação, a decisão da Câmara só pode ser neste sentido, porque não quer ser acusado de não haver Centro de Saúde em Borba por culpa de Câmara. No entanto, está perfeitamente de acordo com aquilo que o vereador Joaquim Serra diz,

ou seja, também considera que esta verba deveria ser gasta pelo Poder Central e, há poucos dias, já o disse numa entrevista. Realçou ainda, o Sr. Presidente, que o motivo que o levou a trazer estes dois assuntos (Aquisição de Parcela de Terreno e Alienação de Parcela de Terreno) à reunião é por considerar que é extremamente urgente agarrar este terreno sob pena, segundo informação que tem, de não haver Centro de Saúde em Borba.-----

Deverá a deliberação tomada ser submetida à Assembleia Municipal para conhecimento e apreciação.-----

2.13 – ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO-----

A Câmara Municipal de Borba, propõe, após o registo do imóvel a favor do Município, transmitir gratuitamente para a Administração Regional de Saúde de Évora uma parcela de terreno com a área de 3.600 m² a destacar do logradouro do prédio urbano sito na “Quinta da Prata”, inscrito na freguesia Matriz sob o artigo n.º 2995, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba sob o n.º 02155/010731, ao qual foi atribuído o valor de 87.289,64 Euros, destinado à construção do futuro Centro de Saúde de Borba.-----

Propõe-se ainda inserir na escritura de transmissão do imóvel a seguinte cláusula: “o terreno atrás descrito destina-se exclusivamente à construção e instalação do Centro de Saúde de Borba, não podendo a ARSE dar-lhe destino diferente sob pena de reversão à titularidade do Município, e comprometendo-se a dar início à construção no prazo de 2 anos”.-----

O Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, a sua aprovação.-----

Os vereadores eleitos pela CDU votaram contra pelos motivos invocados no ponto anterior (Aquisição de Parcela de Terreno).-----

Deverá a deliberação tomada ser submetida à Assembleia Municipal para conhecimento e apreciação.-----

PONTO 2.14 – NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE “EDC-MÁRMORES-EMPRESA GESTORA DAS ÁREAS DE DEPOSIÇÃO COMUM DOS MÁRMORES S.A.-----

Em 22 de Maio de 2002 foi deliberado nomear o Presidente da Câmara, Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, para representar o Município no

Conselho de Administração da Sociedade EDC-Mármorez – Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum dos Mármorez, S.A.-----
Tendo em conta o seu pedido de suspensão de funções, conforme informou em reunião de Câmara de 11/02/04, propõe que seja nomeado o Dr. Nuno Miguel Batalha Cavalheiro, Técnico Superior da autarquia, para representar o Município no Conselho de Administração da referida Sociedade durante o período da sua suspensão.-----

O Sr. Presidente frisou que é urgente que se delibere no sentido de nomear um representante, tendo também em conta a deliberação tomada no início desta reunião, relativamente à Elaboração do Plano de Pormenor da UNOR 2, porque no âmbito da UNOR 2 a EDC pode ter um papel importante, se a Administração assim o entender, relativamente ao avanço de estruturas, sobretudo no concelho de Borba, que de outra forma será impossível avançar. No seu entender o Conselho de Administração da EDC, não pode estar em situação de bloqueio e daí esta proposta de nomear um técnico que vá representar a autarquia. Referiu também que esta é uma situação com a qual discorda do Poder Central, tratando-se de uma questão que não faz sentido, pois os autarcas não podem ser todos metidos dentro do mesmo saco. Se em algumas situações do país há questões menos transparentes relativamente a este tipo de situações, não podem ser todos colocados no mesmo saco, e não pode ser por uma magra quantia relativa a uma senha de presença, que um autarca recebe, que vai ter que ser penalizado com 50% do vencimento.-----

O Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, a sua aprovação. Os vereadores eleitos pela CDU abstiveram-se por entenderem ser uma decisão que diz respeito aos eleitos em maioria, embora não tenham nada contra o nome do técnico que vai representar o Município.-----

PONTO 2.15 – ABERTURA DE CONTA NO BANCO ESPÍRITO SANTO PARA PROJECTO FAME DE ACORDO COM O POCAL-----

Nos termos do artigo 8º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno da Câmara Municipal de Borba, **deliberou, por unanimidade, a abertura de Conta no Banco Espírito Santo**, tendo em conta a parceria estabelecida entre a Câmara Municipal de Borba e o BES com vista à operacionalização do FAME – Fundo de Apoio às Microempresas do Concelho de Borba.-----

PONTO 2.16 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou:-----

- ✓ Reunião do Conselho Municipal de Educação.-----
- ✓ Reunião com a Santa Casa da Misericórdia para tratar alguns assuntos relacionados com o PIC e discutir a questão das avaliações relativas à aquisição do terreno destinado ao Novo Centro de Saúde.-
- ✓ Reunião na CCDRA com o Sr. Arqº Travassos, a AMDE e Chefes de Divisão da Ex-DRAOT. Informou que esta reunião teve como objectivo analisar a hipótese do Município de Borba ser escolhido como Município “Piloto” para aplicação de uma ferramenta informática Espanhola sobre Gestão do Planeamento Urbanístico. A ideia é preparar uma futura Candidatura ao INTERREG III e convidar uma empresa que queira participar com a Câmara (pois trata-se de um investimento) neste trabalho. A Câmara convidou a empresa que está a fazer o PDM. Informou ainda que escolheram Borba para este Município Piloto, porque já tinha visto a apresentação da ferramenta e achou-a extremamente importante para a gestão urbanística, mas também porque pretendem um Município que tenha um PU em eficácia. Isto, no fundo, traduz-se na aplicação da ferramenta a um PU já em eficácia e, eventualmente, a quem quisesse ver um PU feito de novo. Informou que foi esta a sua proposta, ou seja: elaborar um PU para Santiago de Rio de Moinhos. De momento, não vai trazer encargos, o mais que pode é ocupar algum técnico durante algumas horas. Agora é preciso que esta equipa reuna, no sentido de preparar a Candidatura ao INTERREG III, com o objectivo de se avançar com o trabalho. Vai haver uma reunião em Mérida, dia 28 de Maio, onde irão estar presentes as mesmas pessoas que estiveram na reunião da CCDRA, para assistirem à aplicação da ferramenta.-----
- ✓ Reunião com o Arqº. José Ramalho, da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos do Sul, e com o Sr. Padre Melo para verem a hipótese de aproveitar alguns espaços na Igreja das Servas. Com este aproveitamento, a nave principal da Igreja transformar-se-ia, sem grandes custos, num auditório. O Coro Alto transformar-se-ia numa sala de exposições e congressos e o Coro Baixo numas instalações provisórias para instalar o Museu das Profissões. O Sr. Presidente informou que esta proposta foi apresentada ao Sr. Arqº, e ao que parece não existe nenhum levantamento daquela Igreja (o que desconhecia). O objectivo é a Câmara fazer um levantamento da Igreja e ver até que ponto se poderá aproveitar aquele espaço. Foi também apresentada uma proposta pelo Sr. Padre Melo, para a

transformação da Igreja de Nossa Senhora das Dores num Museu de Arte-Sácula. Fizeram-se duas intenções de candidatura em parceria com as Paróquias, ao Programa LEADER, mas como as verbas não são muito avultadas, as candidaturas não vão muito além da pintura e de alguns expositores. Contudo, não quer dizer que depois não se vá melhorando, mas agora, o objectivo é arrancar já porque há muitas peças estragadas. Existem mesmo muitas Instituições ligadas aos mármore e à agricultura que têm peças que se estão a estragar, e até mesmo peças religiosas (alfaias religiosas), e esta seria uma forma de tentar ver até que ponto se poderia guardar e inventariar este equipamento, sob pena das peças continuarem a delapidar-se e a desaparecerem como já tem acontecido.-----

- ✓ Participação no 5º Aniversário da Associação de Reformados de Borba.-----
- ✓ Reunião com o novo Presidente da Assimagra, Sr. Daniel Batista.----
- ✓ Reunião com o Dr. Moisés (espanhol) no sentido de se abrir caminhos para hipotéticas candidaturas, com espanhóis, no âmbito do INTERREG.-----
- ✓ Reunião com o Sr. Engº. Bilro, um Engº e uma Engª do IEP. Percorreram todo o concelho, em termos de EN4 e da Variante à EN255 para ver as hipóteses de se retirar o trânsito pesado da Vila e de se fazerem algumas alterações em termos de sinalização. A Engª. ficou de apresentar uma proposta de alteração da sinalização para ver se chegam a um acordo.-----
- ✓ O Sr. Presidente transmitiu ao vereador Vicente Ermitão que, relativamente à questão que colocou na última reunião de Câmara, sobre a suinicultura de Orada, ligou nesse mesmo dia para os fiscais da CCDRA, e voltou a enviar o mesmo ofício directamente para a fiscalização, no sentido de pressionar para a resolução do problema.-

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----

- ✓ Prosseguem as obras do Jardim Municipal.-----
- ✓ Continuam os trabalhos de remodelação de rede de águas da Nora.---
- ✓ Loteamento do Forno-Orada – aplicação de lancil.-----
- ✓ Loteamento de Nossa Senhora da Vitória-Barro Branco – os calcetamentos estão quase concluídos.-----
- ✓ Continuação dos trabalhos na Rua da Cruz - estão feitas as travessias ao longo da Rua para instalação de cabos eléctricos e deverá ficar concluído, hoje, o cabouco para a aplicação do lancil.-----
- ✓ Continuam os trabalhos nos Caminhos da UNOR 2 – Existem dois cominhos concluídos. No terceiro caminho, falta apenas espalhar o

tout-venant, que ainda não foi feito por ter havido uma avaria na motoniveladora.-----

- ✓ Reparação da Estrada 1042 – quase a ficar concluída.-----
- ✓ Replantação de árvores em vários espaços da vila.-----
- ✓ Estão quase concluídos os arranjos paisagísticos nos loteamentos municipais.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Realizou-se a última reunião com a Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril, para fazer o ponto da situação.-----
- ✓ Realização da VI Edição da Feira do Queijo em Santiago Rio de Moinhos. Correu tudo na normalidade e com as expectativas desejadas.-----
- ✓ Participação no Almoço do 5º Aniversário do Centro de Convívio da Associação de Reformados de Borba.-----
- ✓ Reunião com a Comissão Organizadora da 2ª Feira de Ervas Alimentares para fazer o ponto da situação e ver mais alguns detalhes. Ficou agendada uma última reunião, antes da Feira, para determinarem o posicionamento dos Stand's.-----
- ✓ Reunião na DREA com o Arqº Couto, na qual participou também a Arqª Renata, sobre a qualificação dos projectos escolares, nomeadamente, Rio de Moinhos e Nora. Até Setembro têm que entrar os projectos das Escolas de Orada, Borba e Barro Branco. Relativamente a Rio de Moinhos e Nora houve prioridade porque é necessário, para o próximo ano lectivo, passar a Pré-Primária para outro edifício uma vez que o mesmo actualmente está completamente devoluto. O vereador informou ainda que serão duas salas preparadas para a Pré-Primária e, segundo ofício da DREA, se a Câmara adaptar as duas salas, há a possibilidade de colocar mais uma educadora. A Câmara foi também alertada, através de ofício, que vai haver uma comissão técnica de inspecção dos espaços de jogos e recreios de parques infantis no concelho. A primeira inspecção feita foi à Escola do Barro Branco (ao equipamento que está instalado para os miúdos) e o resultado dessa vistoria foi que a Câmara procedesse automaticamente à vedação daquele espaço, porque não cumpre as normas regulamentares. De certa forma, as escolas vão ser todas vistoriadas para precaver a salvaguarda dos miúdos, em termos de seguro de responsabilidade civil, no caso de haver algum acidente.-----
- ✓ Participação numa reunião da Assembleia Geral da Associação TRILHO, na sede da Região de Turismo, onde foi apresentado o

Relatório de Contas e algumas propostas de alteração. Informou que se absteve na aprovação das Contas, pois só as recebeu na referida reunião, enquanto que os restantes presentes as tinham recebido atempadamente. Não sabe que critério adoptaram para fazer isto, mas aconteceu. Pretendem também aumentar as quotas dos associados municipais e intermunicipais para 250 Euros/mês. Segundo informações do Presidente da Direcção, a TRILHO está numa situação financeira muito caótica. Não sabe se foi a melhor posição que tomaram, no entanto os Órgãos que lá estão certamente saberão, mas não concordou com um salto de uma percentagem tão elevada e votou contra. Esta é uma situação que tem que ser reflectida, porque não sabe se a Câmara de Borba está em condições de poder continuar a ser sócia da TRILHO, uma vez que 250 Euros/mês parece-lhe demasiado e as contrapartidas que o Município de Borba tem tido também não justificam tal contribuição. Comparando com uma Associação local que faz parte do mesmo Agrupamento Monte a “Associação de Desenvolvimento de Montes Claros”, da qual a Câmara de Borba também é sócia – pagando 150 Euros/ano e trás efectivamente mais resultados para o Município, daí esta ser uma questão a equacionar e decidir posteriormente.-----

- ✓ O vereador Humberto entregou a todos os presentes um Programa da “2ª Feira de Ervas Alimentares”.-----

O vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, colocou as seguintes questões:-----

- ✓ Relativamente aos elementos que pediu na última reunião de Câmara sobre o licenciamento da Adegua Cooperativa de Borba, gostaria de saber se o vereador Artur Pombeiro tem alguma informação que lhe possa transmitir. O vereador Artur informou que ainda não tem nenhuma informação para o vereador Joaquim Serra porque a técnica, esta semana, esteve ausente alguns dias, e ainda não conseguiu recolher a informação solicitada. Na próxima reunião dará conhecimento disso.-----
- ✓ A título de curiosidade, perguntou quem fez a parte gráfica do programa 25 de Abril, tendo-lhe sido respondido, pelo vereador Humberto Ratado, que foi o funcionário Nuno Cabeças. Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu que não parece trabalho do Nuno Cabeças. O programa de animação já não é bom e agora com este grafismo, com uma letra tão miudinha, não ficou nada famoso. Entretanto O vereador Humberto Ratado referiu que o vereador Joaquim Serra tem todo o direito de dizer que o programa de animação não é bom, no entanto, sabe que há uma Comissão

Organizadora composta por muitas Associações que decidiram assim por unanimidade. Na sua opinião pessoal, o envolvimento que tem a nível da população já vai ser bastante bom. Considera que isto é muito mais importante do que propriamente haver um outro consumismo e não haver adesão e participação da população. Considera ainda que a riqueza da participação local é tudo para ele, e por isso apostou nesta Comissão Organizadora. Entende que só o facto das pessoas se mobilizarem após horários de trabalho, e estarem a trabalhar voluntariamente, já é muito importante.-----

Entretanto usou da palavra o Sr. Presidente dizendo ao vereador Humberto que não está a responder ao que o vereador Joaquim Serra disse, ou seja, o vereador Joaquim Serra referiu-se ao grafismo do cartaz.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra frisando que falou do grafismo e, do que tinha dito na última reunião de Câmara, ou seja: que o programa de animação da noite de 24 para 25 não era bom, mas com isto não quis dizer que não se tenha feito o trabalho da Comissão e que não se tivessem envolvido as pessoas. Pelo contrário, louva todo o trabalho das Associações, que têm um papel extremamente importante. Pensa que devem ser envolvidas e devem participar, e com aquilo que disse não lhe estava a retirar participação nenhuma, pois certamente também teriam ficado mais satisfeitas se a Câmara lhe tivesse dado abertura para um programa mais rico.-----

Entretanto o vereador Humberto frisou que antes de iniciarem os Programas da “2ª Feira de Ervas Alimentares” “Feira do Queijo” e das “Comemorações do 25 de Abril” sugeriu aos senhores vereadores (que por vezes se queixam que não têm participação) que lhes fizessem chegar algumas propostas, e isso não tem acontecido. Por exemplo, em relação à animação da noite de 24 para 25 de Abril, já que tanto desagradava ao vereador Joaquim Serra, também poderia ter sugerido aqui que se trouxesse este ou aquele grupo. Entretanto o vereador Joaquim Serra lembrou que fez chegar propostas para as “Comemorações do 25 de Abril”. Frisou, porém, que ainda não teve oportunidade de dizer ao vereador Humberto, por isso fá-lo agora, que lamenta que na Comissão alargada do 25 de Abril, não tenha convidado os partidos políticos representados no Município para fazerem parte da Comissão.-----

Entretanto o vereador Humberto Ratado referiu que não se lembrou. Porém o Sr. Presidente, referiu que há sempre forma de se corrigirem as coisas, mas este ano as coisas poderão não correr tão bem como seria desejado, até pelo facto das forças políticas não terem sido convidadas, mas para o ano poderão vir a correr melhor.-----

Entretanto, o vereador Artur Pombeiro realçou que houve forças políticas que nunca se envolveram nas Comemorações do 25 de Abril,

contudo considera ser muito positivo que se envolvam, pois são as forças políticas que de facto têm que fazer o progresso do 25 de Abril e da Democracia.-----

Antes de dar a reunião por encerrada o Sr. Presidente procedeu à leitura da minuta da acta que, foi aprovada por unanimidade e, ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, composta por trinta páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----